



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - PORTO VELHO

EMENTA DE DISCIPLINA

CURSO: Ciências Sociais
DISCIPLINA: Tópico Especial em Ciência Política: Direitos Humanos
CARGA HORÁRIA: 80
CRÉDITOS: 4
EMENTA: Pressupostos teórico-conceituais e a história dos Direitos Humanos Autores nacionais e o debate brasileiro Documentos Internacionais Legislação & Política Nacional de Direitos Humanos
OBJETIVOS: O curso apresenta-se enquanto oportunidade de visitação de temáticas clássicas e paradigmas contemporâneos do amplo espectro do que se convencionou como o discurso de Direitos Humanos, partindo-se de uma análise simultaneamente político-jurídica e sociológico-econômica. Tendo por objetivos examinar a história e conceitos dos referidos Direitos, identificar suas características e diagnosticar problemáticas, além de apreciar a sua formatação enquanto prática política e legislativa no Brasil e na Amazônia.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. FERREIRA Filho, Manoel Gonçalves. Direitos humanos fundamentais. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. UNT, Lynn. A invenção dos direitos humanos: uma história. São Paulo, Companhia das Letras, 2009. CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. KOERNER, Andrei. Ordem Política e Sujeito de Direito em teorias dos direitos humanos: análise do debate dos anos noventa. Lua Nova. Revista de Cultura e Política, São Paulo, 2002. KOERNER, Andrei. O Papel dos Direitos Humanos na Política Democrática: uma análise preliminar. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, 2003. PIOVESAN, Flávia. Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos. Revista Internacional de Direitos Humanos - SUR, 2004.

PIOVESAN, Flávia. Brasil e o sistema interamericano de proteção dos direitos humanos: impacto, desafios e perspectivas. RDE. Revista de Direito do Estado, 2009.

ALVES, J. A. L. O contrário dos direitos humanos (explicitando Zizek). Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, 2002.

LAFER, Celso. A ONU e os direitos humanos. Estud. av., São Paulo, v. 9, n. 25, Dec. 1995.

SARLET, Ingo Wolfgang. Os direitos fundamentais sociais na Constituição de 1988. Revista Diálogo Jurídico. Ano I, V. I, N. I, abril de 2001.

SARLET, Ingo Wolfgang. Considerações a respeito das relações entre a Constituição Federal de 1988 e os tratados internacionais de direitos humanos. Revista Espaço Jurídico. Joaçaba, v. 12, n. 2, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Lei Nº 4.898, de 09 de dezembro de 1965. Regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abusos de autoridade.

LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio.

LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Lei Nº 9.455, de 07 de abril de 1997. Define crimes de tortura e outras providências.

LEI Nº 9.474, DE 22 DE JULHO DE 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.

LEI Nº 10.216, DE 6 DE ABRIL DE 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

LEI Nº 12.847, DE 2 DE AGOSTO DE 2013. Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e dá outras providências.

Barby de Bittencourt Martins
Coordenador do Curso



Documento assinado eletronicamente por **VINICIUS VALENTIN RADUAN MIGUEL, Chefe pro Tempore**, em 09/01/2023, às 19:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1036210** e o código CRC **4D5182EC**.